

# Debate pelo Facebook vai abordar as condições das vias públicas de Piracicaba

Tema será discutido pelo professor Estevam Otero, da Unimep, que avalia que automóveis são privilegiados no espaço urbano.



Por G1 Piracicaba e Região  
30/04/2018 15h33 - Atualizado 30/04/2018 15h34

"**N**ossas cidades são projetadas para os automóveis". A constatação é do professor de arquitetura e Urbanismo Estevam Vanale Otero, da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), que nesta quarta-feira (2) participará de um debate sobre as condições das vias públicas em Piracicaba (SP) e os vários impactos provocados no dia a dia da população. O evento é organizado pelo Observatório Cidadão de Piracicaba.

O docente abordará o tema "As calçadas como reflexo do perfil excludente do planejamento urbano", às 18h30. A conversa será transmitida por meio da página do Observatório Cidadão de Piracicaba (<https://www.facebook.com/observatoriopiracicaba/>).



Trânsito de Piracicaba: para especialista, automóveis são privilegiados (Foto: Claudia Assencio/G1)

"O importante é discutir a calçada não isoladamente, como um elemento à parte da cidade, de sua lógica, da forma como se vive na cidade [...] As nossas cidades são projetadas para o automóvel, principalmente no interior paulista. No interior é mais difícil viver sem carro do que na própria metrópole. É paradoxal, mas tem sua lógica", avalia Otero.

Ele acrescenta que o veículo tem privilégio sobre o transporte público, pedestres e ciclistas no meio urbano.

---

**"Os produtos imobiliários, espaços de consumo, é tudo construído numa lógica que privilegia o automóvel. E aí, claro que a calçada é colocada de lado".**

---

### 'Calçada Cilada'

O debate ocorre de forma complementar ao projeto "Calçada Cilada", que pretende mapear as condições dos passeios públicos piracicabanos. A intenção da iniciativa - que acontece pela primeira vez no município, mas está em seu quarto ano - é encaminhar o levantamento realizado aos entes públicos ampliar a discussão sobre a qualidade das calçadas, o impacto na saúde, na segurança e na mobilidade do cidadão e cobrar o cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão.